



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Comarca de Guaramirim

Rua João Soter Correa, 300 - Bairro: Amizade - CEP: 89270000 - Fone: (47)3130-8834 - www.tjsc.jus.br -
Email: guaramirim.vara1@tjsc.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5003980-74.2022.8.24.0026/SC

AUTOR: US CARGO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA

AUTOR: US CARGO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA

AUTOR: US CARGO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA

AUTOR: UILHAM SAFANELLI - ME

AUTOR: MONTREAL CARGO LTDA

AUTOR: US CARGO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

As soluções jurídicas formais para superação de crise empresarial consistem na recuperação extrajudicial (arts. 161 a 167 da Lei 11.101/2005), na recuperação judicial com plano ordinário (arts. 47 a 69 da Lei 11.101/2005), na recuperação judicial com plano especial favorável às micro e pequenas empresas (arts. 70 a 72 da Lei 11.101/2005) e na falência (arts. 75 a 160 da Lei 11.101/2005).

Para o deferimento do processamento especificamente da recuperação judicial ordinária, é necessário que o empresário devedor atenda as condições previstas no art. 48 da Lei 11.101/2005 e, adicionalmente, instrua seu pedido com a documentação mencionada no art. 51 da Lei 11.101/2005.

Ressalto, inicialmente, que concedida a tutela de urgência cautelar suspendendo as execuções pelo prazo de 60 (sessenta) dias para tentativa de composição com os credores perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) (artigo 20-B, §1º da Lei nº 11.101/2005, a medida não foi suficiente para evitar o processamento da presente Recuperação Judicial, conforme manifestação dos requerentes (Evento nº 35).

Dessa forma, diante do fracasso na tentativa da conciliação com os credores das empresas autoras e a noticiada incapacidade de cumprir com suas obrigações de regular pagamento das dívidas que possui em razão da sua atividade empresarial, passo a analisar o preenchimento ou não dos requisitos para o processamento do pedido de Recuperação Judicial.

Quanto às condições pessoais, verifico que os elementos coligidos aos autos digitais permitem concluir que estas se encontram plenamente atendidas, porquanto a parte autora exerce regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos (ev. 1:3 e 1:5), não é falida ou teve suas responsabilidades extintas por sentença

5003980-74.2022.8.24.0026

310031275005.V29



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Comarca de Guaramirim

transitada em julgado (ev. 1:6), não obteve outra recuperação judicial há menos de 5 (cinco) anos (ev. 1:7) e não há registro de que seu gestor ou sócios tenham sido condenados por crime falimentar, consoante art. 48 da Lei 11.101/2005 (ev. 1:8).

No tocante à documentação, por sua vez, verifico que foram apresentados: I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira (ev. 1:petição inicial); II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção (ev. 1:9); III – a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente (ev.35:2); IV – a relação integral dos empregados, em que constam as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento (ev. 1:11); V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores (ev. 1:3); VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor (ev. 1:12); VII – os extratos atualizados das contas bancárias dos autores e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras (ev. 1:13); VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial (ev. 1:14); e, IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados (ev. 1:15), consoante art. 51 da Lei 11.101/2005.

Portanto, **defiro o processamento do pedido de recuperação judicial com plano ordinário**, o qual deve ser apresentado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, consoante interpretação dos arts. 52 a 54 da Lei 11.101/2005.

Os **créditos sujeitos à recuperação judicial** são todos aqueles existentes na data da protocolização do pedido, ainda que não vencidos, nos termos do art. 49 da Lei 11.101/2005.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Comarca de Guaramirim

No ponto, destaco que os créditos tributários não estão sujeitos ao presente benefício legal, embora seja viável a concessão administrativa de moratória fiscal, conforme art. 6º, 7º, da Lei 11.101/2005.

Ainda neste particular, em relação aos créditos abrangidos, cabe discorrer acerca do polêmico tema da chamada trava bancária, para explicitar que a melhor leitura do disposto no art. 49, § 3º, do diploma legal em legal, mediante interpretação constitucional sem redução do texto, consiste em apenas assegurar a manutenção das garantias (e não dos respectivos créditos), as quais são preservadas durante o pedido de recuperação, para o caso de atraso no pagamento do crédito respectivo, embora não possam ser removidas enquanto integrarem o capital essencial à manutenção da atividade empresarial. De acordo com tal interpretação jurídica, o crédito pode integrar o plano na parte que sobejar ao preço da garantia, sendo que esta somente poderá ser exigida acaso, ao final da recuperação, a dívida não seja paga até seu valor integral.

Com efeito, o texto visa assegurar a manutenção da propriedade de determinados bens em favor dos credores, justamente porque o patrimônio assegurado não integra o acervo da pessoa jurídica em recuperação. Ou seja, não se trata de afastar o crédito em si dos efeitos da recuperação, mas tão-somente manter a propriedade resolúvel ou fiduciária em favor de seus efetivos proprietários, de modo que, acaso não satisfeitas as obrigações contratuais respectivas, até o montante das garantias, torna-se viável a recuperação de tais bens, ao final do período de recuperação.

Não desconheço que há outras duas interpretações já plasmadas no cenário jurídico nacional, porém, ambas merece ser repelidas. Uma delas é aquela que confere uma trava ao crédito integral mediante a simples aposição de uma garantia, de modo a afastá-lo do plano de recuperação, independentemente do valor de mercado da garantia. Esta não merece prosperar porque, de um lado, ofende a isonomia, por conferir benefício específico a um crédito (e não a uma garantia acessória) em prejuízo dos demais, produzindo uma leitura do texto legal que é contrária ao art. 5º da CRFB. Ademais, tal interpretação ingenuamente permite que os credores (notadamente as casas bancárias) driblem a legislação, inserindo uma garantia (geralmente fiduciária) de qualquer valor em todo o tipo de ajuste (ainda que o mútuo não tenha sido deferido para sua aquisição ou que tenha valor reduzido se comparado com o total mutuado), com o fim apenas de escapar de eventuais recuperações judiciais e, assim, retirar a importância do instituto, tornando a legislação inócua. A outra interpretação, de outro lado, consiste em declarar a inconstitucionalidade total do texto legal, o que também não parece o mais acertado, porque ofende o direito de propriedade do credor, em contrariedade ao art. 5º, XXII, da CRFB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Comarca de Guaramirim

Outrossim, realizando uma interpretação constitucional sem redução do texto, entendo que o art. 49, § 3º, da CRFB incide sobre a garantia contratual, preservando o patrimônio (embora fiduciário ou resolúvel) do credor, que poderá reavê-la ao fim da recuperação judicial acaso o respectivo crédito não seja solvido até o montante da garantia, porém, sem afastar o negócio jurídico do plano no valor que sobejar.

Prosseguindo, destaco que somente é viável **obstar a interrupção de serviços públicos essenciais à empresa**, a exemplo de energia elétrica, telefonia, água e esgoto, quando estiver lastrada em dívidas abrangidas pelo plano de recuperação, ou seja, foram anteriores à protocolização do pedido, ainda que não vencidas. Com relação aos débitos referentes a período posterior, nada veda que a concessionária promova os trâmites previstos para cobrança, inclusive resultando em interrupção, embora isto seja, evidentemente, passível de discussão em vias autônomas, com base em argumentos específicos, diferentes da simples concessão da recuperação judicial (cf. TJSC, AI 2014.024487-0, Sérgio Roberto Baasch Luz, 16.12.2014). Outrossim, desde já, vedo a interrupção dos serviços públicos essenciais (energia elétrica, telefonia, água e esgoto) em favor da parte ativa, quando embasada em dívidas abrangidas pela recuperação judicial.

De outro lado, quanto à **tutela da honra objetiva da parte ativa**, destaco que a presente solução legal para superação de crise empresarial implica novação e também moratória para pagamento de determinados créditos, de modo a restar evidente que estes não podem servir de fundamento para negativação do nome da parte ativa (e dos respectivos credores solidários, avalistas ou fiadores), seja mediante acionamento dos órgãos de proteção ou apontamento em serventia extrajudicial, consoante interpretação do art. 50, I, e 59 da Lei 11.101/2005 cumulado com arts. 139, IV, 300 a 302 do CPC.

Sobre o tema, não desconheço que há precedente em sentido contrário (cf. STJ, REsp 1374259, Luís Felipe Salomão, 02.06.2015), porém, com a devida vênia, adoto a orientação que mais se coaduna com os preceitos legais antes indicados, que há algum tempo serve de base às instâncias inferiores, no sentido de que *"uma vez homologado o plano de recuperação judicial, os órgãos competentes devem ser oficiados a providenciar a baixa dos protestos e a retirada, dos cadastros de inadimplentes, do nome da recuperanda e dos seus sócios, por débitos sujeitos ao referido plano, com a ressalva expressa de que essa providência será adotada sob a condição resolutiva de a devedora cumprir todas as obrigações previstas no acordo de recuperação"* (STJ, REsp 1260301 / DF, Nancy Andrighi, 14.08.2012).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Comarca de Guaramirim

Isto porque, embora a recuperação judicial não implique exclusão dos direitos dos credores, é notório que afasta a *mora debitoris*, de modo a desconstituir a base para a negativação, inclusive porquanto esta é deletéria ao sentido finalístico da legislação, que é justamente a continuidade das atividades, a qual pressupõe a viabilidade de obtenção de crédito (mormente junto aos fornecedores), sob pena de retirar a eficácia do instituto na superação da crise empresarial.

Logo, afasto a mora enquanto perdurar a recuperação judicial e for observado o respectivo plano, de modo a vedar a inscrição e/ou determinar a exclusão do nome da parte ativa dos órgãos de proteção ao crédito e, igualmente, afastar os efeitos dos protestos lavrados contra ela. Expeçam-se os ofícios aos órgãos de proteção de crédito e aos cartórios indicados pela parte requerente, cientificando-os desta determinação.

Em decorrência lógica do deferimento da recuperação judicial e a previsão do artigo 49,§3º da Lei nº 11.101/2005 de impossibilidade de venda e retirada do estabelecimento do devedor de bens de capital essenciais a sua atividade empresarial durante o prazo de suspensão disciplinada no artigo 6º,§4º da Lei nº 11.101/2005, no presente caso, atuando as autoras no ramo do transporte rodoviário com a realização de transporte de cargas de lotação/cargas expressas, cross docking e distribuição, reconhece para os fins do referido artigo a essencialidade dos bens móveis utilizados no transporte, a saber: veículos, Truck, Cavalo e Carreta)

Nomeio como administrador judicial a empresa Medeiros & Medeiros Administração de Falências e Empresas em Recuperação Ltda., CNPJ n. 24.593.890/0001-50, com escritório na Rua Dr. Arttur Balsini, n. 107, Edifício Maria Clara Bairro Velha, Blumenau/SC, CEP 89036-240 (contato@administradorjudicial.adv.br), o qual deve ser intimado sobre o encargo, inclusive com relação ao disposto nos arts. 21 a 23 da Lei 11.101/2005.

Tendo em vista que a remuneração do Administrador Judicial tem como limite máximo o montante de 5% do valor devido aos credores sujeitos à recuperação (artigo 24,§1º da Lei nº 11.101/2005) e é fixado com fulcro na capacidade de pagamento do devedor, grau de complexidade do trabalho e nos valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes (artigo 24, caput, da Lei nº 11.101/2005), a fixação do valor final da remuneração será feita após a consolidação dos créditos sujeitos à recuperação e do Plano de Recuperação Judicial quando, então, ter-se-á uma melhor compreensão do caso concreto.

No entanto, desde já fixo como pagamento mensal a ser adimplido pela recuperanda o montante de R\$ 15.000,00 (quinze) mil reais. O pagamento deverá ser feito diretamente ao Administrador Judicial em conta a ser por



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Comarca de Guaramirim

ele indicado e juntando-se sempre o comprovante dos referidos pagamentos diretamente nos autos pelos autores.

Determino, ainda, que no caso dos pagamentos mensais, somados, atingirem o montante de 60% do valor total - valor esse a ser oportunamente definido-, serão imediatamente suspensos e os 40% restantes pagos apenas após o cumprimento do determinado nos artigos 154 e 155 da Lei nº 11.101/2005.

Deverá o administrador judicial apresentar cronograma detalhado de atividades a serem realizadas até a da Assembleia Geral de Credores, no prazo de 15 (quinze) dias, com vista a se fazer um controle preciso do andamento da marcha processual da presente Recuperação Judicial.

Dispensar a apresentação de certidões negativas para que a devedora exerça as suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos dos arts. 52, II, e 69 da Lei 11.101/2005.

Recebo a relação de credores e bens do grupo anexadas no ev. 35.

Determino a apresentação das certidões de protesto dos locais em que há filiais, quais sejam, Três Lagoas/MS, Recife/PE, Goiânia/GO e Barueri/SP no prazo de 15 (quinze) dias.

Determino a apresentação de certidões negativas criminais em relação às pessoas jurídicas, no prazo de 15 dias.

Determino que a relação de ações judiciais e procedimentos arbitrais de ev. 1:15 seja juntada de forma subscrita pelas devedoras no prazo de 15 (quinze) dias.

Determino que a relação integral dos empregados seja corrigida, em 15 dias, a fim de constar, também, o valor dos salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento.

Suspendo o curso da prescrição e de todas as ações e execuções movidas contra a devedora, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário, se for o caso, pelo prazo improrrogável de 120 dias em razão da já suspensão deferida em cautelar pelo prazo de 60 dias (art. 6º, *caput* e § 4º e 20-B, §3º da Lei 11.101/2005), ressalvadas as ações que demandarem quantia ilíquida (art. 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005); as de natureza trabalhista, que deverão prosseguir



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Comarca de Guaramirim

na justiça especializada até a apuração do respectivo crédito (art. 6º, § 2º, da Lei 11.101/2005); as impugnações contra a relação de credores (arts. 6º, § 2º, e 8º da Lei 11.101/2005); e, as execuções fiscais (art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005).

Determino que a devedora comunique a suspensão antes determinada aos juízos competentes, observando-se as ressalvas assinaladas (art. 52, § 3º, da Lei 11.101/2005).

Determino a apresentação de demonstrativos mensais, enquanto perdurar a recuperação judicial, sendo que os primeiros deverão ser apresentados dentro de 30 (trinta) dias após a publicação desta decisão, sob pena de destituição de seus administradores (art. 52, IV, da Lei 11.101/2005).

Comunique-se o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial à União e a todos os Estados e Municípios onde a devedora tiver estabelecimento (art. 52, V, da Lei 11.101/2005).

Expeça-se edital a ser publicado no órgão oficial (art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005).

Determino que as habilitações e divergências de credores decorrentes da publicação do primeiro edital sejam apresentadas diretamente ao Administrador Judicial (art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/2005). Tal determinação fica limitada temporalmente à republicação do edital com a relação dos credores, a ser elaborado pelo Administrador Judicial em 60 (sessenta) dias.

Determino que a parte autora indique o endereço eletrônico dos credores, bem como a listagem dos créditos não sujeitos à recuperação judicial, no prazo de 15 (quinze) dias.

Junte-se cópia da presente decisão em todas as execuções movidas contra a empresa em trâmite nesta Unidade Judicial, fazendo conclusos os respectivos autos.

Determino que a empresa autora acrescente ao seu nome a expressão "em Recuperação Judicial" em todos os atos, contratos e documentos que firmar (art. 69 da Lei 11.101/2005).

Oficie-se à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) determinando a anotação do deferimento da recuperação judicial no cadastro da parte ativa (art. 69, parágrafo único, da Lei 11.101/2005).

Intimem-se.

5003980-74.2022.8.24.0026

310031275005.V29



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara da Comarca de Guaramirim

Documento eletrônico assinado por **ROGÉRIO MANKE, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310031275005v29** e do código CRC **08d10956**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): **ROGÉRIO MANKE**
Data e Hora: 20/10/2022, às 15:8:39

5003980-74.2022.8.24.0026

310031275005.V29